DocuSign Envelope ID: C9F81DBD-793B-4A40-BB2A-DCD8C3A428EA

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

MetLife

Navigating life together

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

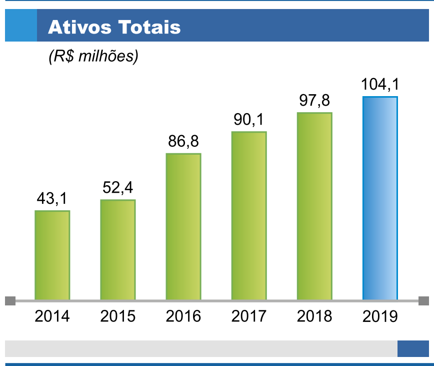
A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve no exercício de 2019 arrecadação de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 49,7 bilhões e acumulou ativo total de US$ 740,5 bilhões.

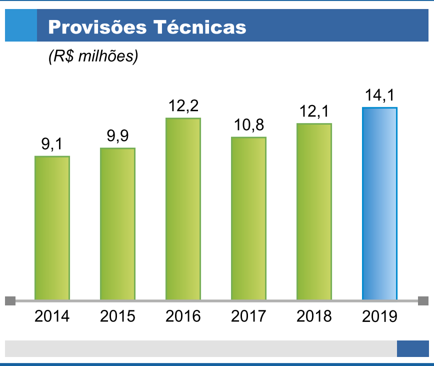
Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede referenciada de mais de 38 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 972 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 96 colaboradores.

Evolução dos indicadores de desempenho:

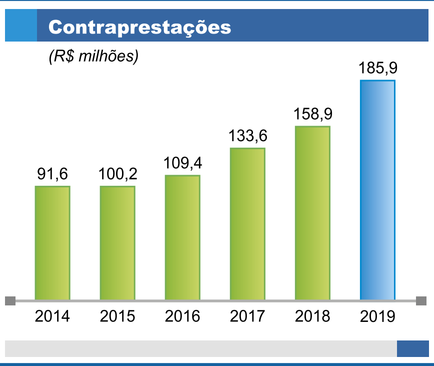
Ativos Totais



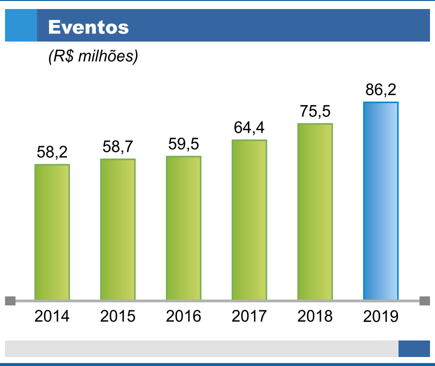
Provisões Técnicas



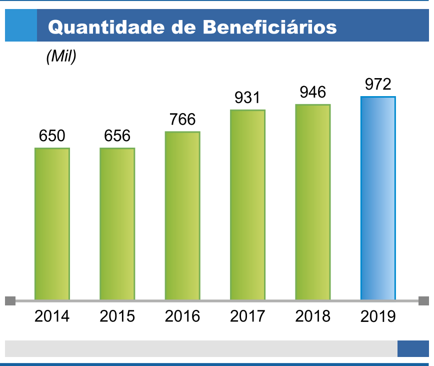
Contraprestações



Eventos



Quantidade de Beneficiários



Desempenho:

Os ativos totais fecharam em um patamar de R$ 104,1 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R$ 65,7 milhões, com lucro líquido de R$ 1,3 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R$ 14,1 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 185,9 milhões.

No exercício de 2019, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R$ 84 milhões. Este valor corresponde a 1.943.197 eventos pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 46,4%.

O cenário econômico em 2019 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias, com sucessivas quedas da taxa Selic pelo Banco Central. As expectativas futuras são de que a inflação e taxa de juros se mantenham baixas.

Investimentos:

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, estão sendo realizados investimentos para a formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes.

Governança Corporativa:

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance).

A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como o Departamento de Controles Internos, a Auditoria revisa periodicamente os processos da companhia a fim de atestar que os controles utilizados para mitigar os riscos estão funcionando adequadamente. A estrutura de Auditoria Interna da Operadora se reporta diretamente a Auditoria Interna da Matriz da Companhia, comprovando assim sua independência. O escopo do trabalho a ser seguido durante o ano por esta unidade é definido com base na criticidade de cada processo, o tempo da última avaliação realizada e a necessidade do negócio.

A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de controles internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e reportes periódicos a equipe Regional Latam. Para os riscos relacionados às normas e regulamentos e para os riscos apontados pela auditoria interna é utilizado o sistema GRC, onde são inseridos os riscos, avaliações e planos de ação.

Compromisso e agradecimentos:

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento atingido ao longo destes anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes e alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido a partir de 2014 nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo.

Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde - ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, a quem expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à Metlife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

A T I V O	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		**24.907**	**13.056**
Disponível		196	382
Realizável		24.711	12.674
Aplicações	4	12.289	5.095
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		7.886	-
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		4.403	5.095
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	6.308	5.315
Contraprestações pecuniárias a receber		6.200	5.198
Operadoras de planos assistência saúde		64	44
Outros créditos de operações com planos de assistência saúde		44	73
Créditos tributários e previdênciários	6	3.370	1.817
Bens e títulos a receber	7	2.711	379
Despesas antecipadas		33	68
Não circulante		**79.217**	**84.788**
Realizável a longo prazo		78.879	84.048
Aplicações	4	63.446	69.971
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		63.446	15.477
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		-	54.494
Ativo fiscal diferido	6	15.433	14.077
Imobilizado		8	22
Imobilizado de uso próprio		8	22
Hospitalares/odontológicos		5	11
Não hospitalares/odontológicos		3	11
Intangível	8	330	718
Total do ativo		**104.124**	**97.844**

P A S S I V O	Nota explicativa	2019	"Reapresentado" 2018
Circulante		**36.488**	**29.656**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		14.057	12.128
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		545	93
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	9b)	8.210	7.351
Provisão de eventos a liquidar	9c)	5.302	4.684
Débitos de operações de assistência à saúde		1.839	597
Comercialização sobre operação		1.839	597
Tributos e contribuições a recolher	10	2.260	1.439
Débitos diversos	11	18.332	15.492
Não circulante		**1.899**	**1.356**
Provisões para tributos diferidos		1.851	1.298
Provisões para ações judiciais	12	48	58
Patrimônio líquido		**65.737**	**66.832**
Capital social	13a)	39.944	39.944
Reservas de lucros		22.199	-
Ajustes de avaliação patrimonial	13b)	3.594	2.519
Lucros acumulados		-	24.369
Total do passivo e patrimônio líquido		**104.124**	**97.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora") está localizada na Rua Flórida, 1.595 - Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de *Delaware* nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 *Avenue of the Americas*, Nova York, e tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 435 de 23 de novembro de 2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS , sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

2.1 Reclassificações

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 foi reclassificado nos seguintes itens:

Passivo (i)	Publicado 31/12/2018	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2018
Comercialização sobre operação	28	569	597
Débitos diversos	16.061	(569)	15.492

(i) Refere-se aos valores de despesas de comercialização, reclassificadas do grupo "Débitos diversos" para grupo "Comercialização sobre operação".

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica "Disponível".

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde". A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 418/16 e alterações com base em análise de créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Intangível

Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

f) Demais ativos realizáveis a longo prazo

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisão de eventos a liquidar

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações que objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 393/15 e alterações.

Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações.

h) Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

i) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos. As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando do efetivo recebimento das contraprestações.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

l) Imposto de renda e contribuição social diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros".

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

n) Obrigações legais

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para ações judiciais.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos ou perdas tributárias. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

p) Normas e interpretações novas e revisadas e já emitidas e não adotadas

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras a ANS não aprovou este CPC.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Essa norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Até a data da divulgação destas demonstrações financeiras a ANS não aprovou este CPC.

IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda, visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro. - Em vigor a partir de 01/01/2019;

IFRS 17 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo.
- "Premium Allocation Approach - PAA": aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- "Variable Fee Approach": abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos.
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato.
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. O Comitê de Pronunciamentos colocou em audiência pública o CPC 50 que é correlacionado com a IFRS 17.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Operadora ou não são aplicáveis às suas operações.

- Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 - Combinação de negócios) - Em vigor a partir de 01/01/2020;
- Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) - Em vigor a partir de 01/01/2020; e
- Alteração da estrutura conceitual - Em vigor a partir de 01/01/2020.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS.

4 APLICAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2019 Custo atualizado	2019 Valor justo	2019 Ajustes TVM	2019 Efeitos tributários	2019 Líquido tributos (iii)	2018 Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação:						
Fundos de Investimento - renda fixa (i)	4.403	4.403	-	-	-	5.095
Total títulos para negociação	**4.403**	**4.403**	**-**	**-**	**-**	**5.095**
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas do tesouro nacional - NTN (ii)	58.002	63.203	5.203	(1.769)	3.434	62.464
Letras do tesouro Nacional - LTN (ii)	7.887	8.129	242	(82)	160	7.507
Total títulos disponíveis para venda	**65.889**	**71.332**	**5.445**	**(1.851)**	**3.594**	**69.971**
Total	**70.292**	**75.735**	**5.445**	**(1.851)**	**3.594**	**75.066**
Circulante		**12.289**				**5.095**
Não Circulante		**63.446**				**69.971**

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária.

(iii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas não realizados - TVM

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento é mantida diretamente pelos administradores desses fundos.

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (nível 1).

b) Aplicações por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	De 3 meses a 1 ano	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**4.403**	**-**	**-**	**4.403**
Fundos de investimento - Renda fixa	4.403	-	-	4.403
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**-**	**7.886**	**63.446**	**71.332**
Títulos de renda fixa públicos	-	7.886	63.446	71.332
Total das aplicações	**4.403**	**7.886**	**63.446**	**75.735**
Circulante				**12.289**
Não Circulante				**63.446**

5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras:

2019	A vencer Até 30 dias	Vencidas Até 30 dias	Vencidas De 31 a 60 dias	Vencidas Acima de 60 dias	Vencidas Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5.246	5.211	3.849	3.079	(11.077)	6.308
Total líquido	**5.246**	**5.211**	**3.849**	**3.079**	**(11.077)**	**6.308**

2018	A vencer Até 30 dias	Vencidas Até 30 dias	Vencidas De 31 a 60 dias	Vencidas Acima de 60 dias	Vencidas Provisão para perda sobre créditos	Total
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.763	3.657	2.888	2.024	(7.017)	5.315
Total líquido	**3.763**	**3.657**	**2.888**	**2.024**	**(7.017)**	**5.315**

a) Movimentação de créditos de operações com planos de assistência à saúde:

	2019	2018
Contraprestações a receber no início do exercício	5.315	4.068
Contraprestações emitidas	194.650	166.382
Recebimentos	(185.037)	(157.446)
Reversão (constituição) de provisão para perdas sobre crédito	(4.052)	425
Baixas/cancelamentos	(4.568)	(8.114)
Contraprestações a receber no final do exercício	**6.308**	**5.315**

6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R$ 22.799 (R$ 22.959 em 2018) e diferenças temporárias no montante de R$ 22.593 (R$ 18.444 em 2018) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Impostos a compensar (i)	3.370	1.817
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (a)	7.682	6.271
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	7.751	7.806
Total	**18.803**	**15.894**
Circulante	3.370	1.817
Não circulante	15.433	14.077

(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar de órgãos públicos.

(a) Demonstração do cálculo do crédito tributário:	2019	2018
Base negativa acumulada de contribuição social	22.799	22.959
Adições temporárias (i)	22.593	18.444
Total	**45.392**	**41.403**
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Crédito tributário de contribuição social	4.085	3.726
Prejuízo fiscal acumulado	22.799	22.959
Adições temporárias (i)	22.593	18.444
Total	**45.392**	**41.403**
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	11.348	10.351
Total do crédito tributário constituído	**15.433**	**14.077**
Total do crédito tributário	**15.433**	**14.077**

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

	Total	2020	2021	2022	2023	2024	2025-2029
Realização IRPJ/CSLL	15.433	2.964	4.265	5.111	442	442	2.209

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais- R$)

	Nota explicativa	2019	2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		**185.866**	**158.934**
Contraprestações líquidas	14	194.650	166.382
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(8.784)	(7.448)
Eventos indenizáveis líquidos	15	**(86.217)**	**(75.531)**
Eventos indenizáveis		(85.358)	(74.650)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(859)	(881)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**99.649**	**83.403**
Outras despesas operacionais	16	**(27.979)**	**(20.925)**
Resultado bruto		**71.670**	**62.478**
Despesas de comercialização	17	**(27.412)**	**(18.966)**
Despesas administrativas	18	**(50.990)**	**(49.737)**
Resultado financeiro líquido	19	**6.873**	**6.625**
Receitas financeiras		6.939	6.669
Despesas financeiras		(66)	(44)
Resultado antes dos impostos e das participações		**141**	**400**
Imposto de renda	20	**(133)**	**(167)**
Contribuição social	20	**(34)**	**(58)**
Impostos diferidos	20	**1.356**	**964**
Lucro líquido do exercício		**1.330**	**1.139**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2019	2018
Lucro liquido do exercício	**1.330**	**1.139**
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda:	1.075	754
Ajuste com títulos e valores mobiliários	1.629	1.142
Efeitos tributários	(554)	(388)
Resultado abrangente total do exercício	**2.405**	**1.893**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**39.944**	**-**	**1.765**	**25.743**	**67.452**
Ganhos não realizadas com títulos e valores mobiliários	4/13b)	-	-	754	-	754
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.139	1.139
Juros sobre o capital próprio	13c)	-	-	-	(2.513)	(2.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**39.944**	**-**	**2.519**	**24.369**	**66.832**
Ganhos não realizadas com títulos e valores mobiliários	4/13b)	-	-	1.075	-	1.075
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.330	1.330
Juros sobre o capital próprio	13c)	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Destinações:						
Reserva de lucros	13d)	-	22.199	-	(22.199)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**39.944**	**22.199**	**3.594**	**-**	**65.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Recebimento de planos saúde	180.391	157.293
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(81.767)	(71.850)
Pagamento de comissões	(30.780)	(21.021)
Pagamento de pessoal	(8.360)	(8.777)
Pagamentos de pró-labore	(229)	(399)
Pagamento de serviços de terceiros	(184)	(397)
Pagamento de tributos e encargos sociais retidos	(19.955)	(16.799)
Pagamento de aluguel	-	(38)
Aplicações financeiras	7.739	828
Outros pagamentos operacionais	(47.041)	(38.497)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	**(186)**	**343**
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa	**(186)**	**343**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	382	39
Saldo final	196	382
Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa	**(186)**	**343**
Ativos livres no início do exercício	59.589	53.417
Ativos livres no final do exercício	4.403	59.971
Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres	**(55.186)**	**6.554**
Conciliação do lucro líquido do exercício ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**1.330**	**1.139**
Mais	**414**	**436**
Depreciações e amortizações	402	423
Juros e variações monetárias sobre provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	12	13
Atividades operacionais	**(1.930)**	**(1.232)**
Variação das aplicações	(669)	(6.441)
Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(994)	(1.247)
Variação dos títulos e créditos a receber	(2.909)	(777)
Variação das despesas antecipadas	(2.332)	563
Variação de outros créditos a receber	35	49
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.929	1.334
Variação dos débitos de operações de assistencia à saúde	1.811	22
Variação dos tributos e contribuições a recolher	821	(1.006)
Variação de débitos diversos	(1.229)	8.396
Variação de provisões para tributos diferidos	1.607	(2.125)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	**(186)**	**343**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua...

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 00348254873
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2020 | 17:03:29 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: C9F81DBD-793B-4A40-BB2A-DCD8C3A428EA

Metlife Planos Odontológicos Ltda.

CNPJ nº 03.273.825/0001-78 - ANS 40.648-1

MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

7 BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2019	2018
Adiantamentos a funcionários	246	379
Créditos a receber matriz	1.488	-
Outros créditos a receber	977	-
Total	**2.711**	**379**

8 NTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	2019 Total	2018 Total
Licenças de uso de software	20	2.097	(1.767)	330	718
Total		**2.097**	**(1.767)**	**330**	**718**

9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243/10, que estabeleceu novas regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

a) O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base R$ 8.790 (R$ 8.503 em 31 de dezembro de 2018), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 284 (R$ 373 em 31 de dezembro de 2018) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2019, de R$ 56.134 (R$ 58.240 em 31 de dezembro de 2018).

b) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15 e alterações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a PEONA foi registrada nos montantes de R$ 8.210 e R$ 7.351, respectivamente.

c) Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R$ 5.302 e R$ 4.684, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniados à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência respectivamente.

d) Margem de solvência: manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, sendo 100% para as contraprestações da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, sendo 100% dos eventos/sinistros da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, o maior dos dois.

Margem de solvência	2019	2018
Patrimônio Líquido	65.737	66.832
(-) Créditos Tributários (s/prejuízo e base negativa)	(7.751)	(7.806)
(-) Despesas Antecipadas	(33)	(68)
(-) Ativo Intangível	(330)	(718)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**57.623**	**58.240**
(A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses	38.930	33.276
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	25.404	17.548
Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)	**38.930**	**33.276**
Proporção Cumulativa	77,91%	70,52%
Margem de Solvência Mínima	30.328	23.466
Suficiência/(Insuficiência)	**27.295**	**34.774**

10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2019	2018
Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher		
Imposto Sobre Serviços	291	239
PIS	70	61
COFINS	434	379
Subtotal	**795**	**679**
Tributos e contribuições de terceiros a recolher		
Imposto de Renda Retido de terceiros	860	298
Imposto Sobre Serviços	223	76
Contribuições Previdenciárias	194	224
FGTS	65	77
PIS/COFINS/CSLL	123	85
Subtotal	**1.465**	**760**
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	**2.260**	**1.439**

11 DÉBITOS DIVERSOS

	2019	2018
Outros débitos diversos (i)	8.364	5.389
Fornecedores a pagar	2.809	2.557
Intercompany a pagar (nota 22)	2.948	4.025
Depósitos de terceiros	2.641	1.221
Obrigações com pessoal	1.570	2.300
Total	**18.332**	**15.492**

(i) Refere-se principalmente a JCP provisionado.

12 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos, a movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	2018 Valor da provisão	Adições	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	2019 Valor da provisão
Obrigações legais e provisões para riscos:					
Provisões cíveis	21	63	12	(52)	44
Provisões trabalhistas	37	5	2	(40)	4
Total	**58**	**68**	**14**	**(92)**	**48**

As provisões cíveis relativas a perdas prováveis referem-se a 17 processos, no montante de R$44 e as relativas a perdas possíveis não provisionados referem-se a 13 processos cíveis, no montante de R$ 116 (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos). As provisões trabalhistas relativas a perdas prováveis refere-se a 1 processo e relativo a perdas possíveis não provisionados referem-se a 2 processos R$40, sendo que os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, descanso semanal remunerado, reflexos do 13º salário e aviso prévio.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$39.944, representado por 39.943.599 cotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma.

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial da Operadora referem se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários R$ 3.594 (R$ 2.519 em 2018), conforme nota explicativa nº 4.

c) Juros sobre Capital Próprio

Em 2019, a Operadora constituiu juros sobre o capital próprio no montante de R$ 3.500 (R$ 2.513 em 2018), representando R$ 0.09 reais por lote de mil ações e foram recolhidos impostos na fonte de R$ 525, sendo R$ 2.975 o valor líquido dos efeitos tributários.

d) Reservas de lucros

Em 2019, a Operadora constituiu reservas de lucros no montante de R$ 22.199.

14 CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANOS OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde no total de R$ 185.866 (R$ 158.934 em 2018), compõem-se das contraprestações líquidas apropriadas deduzidas dos tributos diretos (ISS, PIS e COFINS). Compõe o saldo da conta as operações de Corresponsabilidade Assumida nos contratos como preço preestabelecido no montante de R$ 4.929 (R$ 4.483 em 2018).

15 EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de R$ 86.217 (R$ 75.531 em 2018) referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a rede de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada de cirurgiões-dentistas, menos a recuperação de eventos indenizáveis e menos a variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. Compõe o saldo da conta o montante de R$ 3.411 (R$ 2.975 em 2018) referente aos contratos de Corresponsabilidade Assumida como preço preestabelecido

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Despesas com apólices e contratos	(1.606)	(1.033)
Despesas com telemarketing e assistências	(12.290)	(10.110)
Reversão (Provisão) para perdas sobre créditos (i)	(4.052)	425
Baixas (ii)	(4.568)	(8.114)
Outras despesas	(5.463)	(2.093)
Total	**(27.979)**	**(20.925)**

(i) Refere-se aumento da carteira dos planos individual aliado ao atraso na baixa do faturamento.
(ii) Baixas referente a cancelamento de cobrança das faturas vencidas acima de 180 dias.

17 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As despesas de comercialização referem-se às comissões, agenciamentos e pró-labore incorridos/pagos para a rede de corretores independentes e a outros canais de distribuição.

	2019	2018
Despesas com comissões	(23.574)	(12.959)
Despesas com pró-labore	(244)	(414)
Despesas com agenciamento	(3.594)	(5.593)
Total	**(27.412)**	**(18.966)**

18 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(19.287)	(18.163)
Despesas com localização e funcionamento	(2.402)	(1.854)
Despesas com taxas e emolumentos	(2.072)	(1.972)
Despesas com publicidade e propaganda	(109)	(832)
Despesas de rateio com partes relacionadas (nota. 21)	(26.394)	(26.081)
Outras (i)	(726)	(835)
Total	**(50.990)**	**(49.737)**

(i) Inclui principalmente outros custos de prestações de serviços por terceiros.

19 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
Receitas financeiras:		
Receitas com títulos de renda fixa	6.939	6.669
Subtotal	**6.939**	**6.669**
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre tributos	(66)	(44)
Subtotal	**(66)**	**(44)**
Total do resultado financeiro	**6.873**	**6.625**

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2019 IR	2019 CS	2018 IR	2018 CS
Resultado antes dos impostos e das participações	141	141	400	400
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(35)	(13)	(100)	(36)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes				
Juros sobre o capital próprio	875	315	628	226
Outras adições (exclusões) permanentes	24	23	14	7
Resultado de imposto de renda e contribuição social	864	325	542	197
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**(133)**	**(34)**	**(167)**	**(58)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**997**	**359**	**709**	**255**

21 PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Operadora, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 1.946. A Operadora apresenta saldos relativos a transações com partes relacionadas com a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais e não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

	Passivo 2019	Passivo 2018	Despesas 2019	Despesas 2018
Metropolitan Life Seguros e Previdência S.A.				
Contas a pagar (nota 11)	2.948	4.025	-	-
Despesa (nota 18)	-	-	26.394	26.081
	2.948	**4.025**	**26.394**	**26.081**

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Em 31 de dezembro de 2019, os seguros referem-se a riscos diversos de R$ 17.810 e responsabilidade civil de R$ 60.303 e englobam também as empresas Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. e MetLife Administradora de Planos Multipatrocinados Ltda.

23 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, stakeholders e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a companhia é estruturada no modelo de 03 linhas de defesa, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da companhia, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes a Operadora.

A área de Gestão de Riscos da operadora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantindo imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

Risco Operacional

A Operadora avalia periodicamente os riscos inerentes aos quais está exposta na dimensão inerente e residual. De maneira a quantificar a materialização dos Riscos Operacionais, a companhia compõe uma base de dados de perdas em sua operação mediante metodologia própria. Cabe destacar que as áreas operacionais e de negócio são partes fundamentais na avaliação deste tipo de risco.

Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 45l).

Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN n° 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, se as taxas médias de mercado de 2019 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R$ 122.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2019, o vírus COVID-19 tem causado uma pandemia. Governos e empresas adotaram medidas como proibições de viagens, quarentenas e distanciamento social para combater a propagação do vírus. Isso interrompeu a atividade comercial, além de causar desaceleração econômica e volatilidade significativa nos mercados financeiros. A Companhia não pode determinar ou estimar em que extenção esses eventos afetaram as operações, negócios, resultados financeiros ou condição financeira da Companhia

25 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS OU FINANCIAMENTOS

A Companhia em 2019 distribuiu juros sobre capital próprio no montante de R$ 3.500 que não foram liquidados até a referida data base.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Operadora em 30 de março de 2020.

Diretoria

Raphael Afonso Godinho de Carvalho - Diretor-Presidente
Breno Persona Machado Gomes - Diretor Executivo
Francisco Ignacio Espinoza Concha - Diretor Financeiro

Responsável Técnico

Luís Danilo Bronzatto Maurici

Contador

Marcos Antonio Klein - CRC 1SP225765/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
Metlife Planos Odontológicos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

11º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial, PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.271.665, em 12 de julho de 2019, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – Art. 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **ELAINE APARECIDA GOMES DA SILVA**, brasileira, divorciada, técnica de enfermagem, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 28.421.626-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 163.394.938-90, residente e domiciliada nesta Capital na Rua Domenico Fischietti, nº. 171, Jardim Barnsley, CEP: 04439-010, a qual alega deter a posse mansa e pacífica com *animus domini*, desde 19 de agosto de 1.993, sendo certo ainda que, soma sua posse a de seus pais, posse essa com início em 20 de agosto de 1970, do imóvel consistente em um PRÉDIO situado na Rua Domenico Fischietti, nº. 171, correspondente ao lote nº. 01 da quadra "F" do loteamento denominado Jardim Barnsley, no 29º Subdistrito – Santo Amaro, cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelo contribuinte sob o nº. 173.305.0015-0, com área construída de 309,69m², e respectivo terreno com área de superfície de 178,50m2; imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme a Transcrição nº. 17.526 do 1º Registro de Imóveis desta Capital, e as Transcrições nºs. 7.878 e 103.636, ambas desta Serventia, sob a titularidade dominial da Aristeu Soares – viúvo; e Olga Barnsley Scheuenstuhl e seu marido Johan Scheuenstuhl. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente Procedimento Administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, **Espólio de ARISTEU SOARES; Espólio de OLGA BARNSLEY SCHEUENSTUL, Espólio de JOHAN SCHEUENSTUHL, JOSE PEREIRA DE SOUZA, VICENTE SIMIÃO, EFIGÊNCIA DIAS SIMIÃO, JOAQUIM VICENTE MARTINS e ROSÂNGELA NOVAES MARTINS,** oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº. 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº. 216-A da Lei nº. 6.015/73. Dado e passado no 11º. Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de março de 2020. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1027499-43.2017.8.26.0196. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Franca, Estado de São Paulo, Dr(a).João Sartori Pires, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **DÉBORA SOARES MENEZES, RG 48.262.125-4, CPF 393.902.118-08**, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **ACEF S/A**, CNPJ46.722.831/0001-78, objetivando a quantia de R$ 9.557,72 (nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos), alegando em síntese inadimplência quanto ao pagamento de mensalidades de **MARÇO, ABRIL, MAIO e JUNHO, ano letivo 2013** do curso **ENGENHARIA DE PRODUÇÃO** e recebeu o CA nº 128110-3, ministrado sob responsabilidade da requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Franca, aos09 de março de 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0019234-61.2019.8.26.0564. O MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr. Gustavo Dall'Olio, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, a todos os que virem ou presenciarem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nos autos do processo nº 0019234-61.2019.8.26.0564, Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica Inversa que tramita perante esta Vara, ajuizado pela Exequente **NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONAN EIRELI**, CNPJ 06.037.846/0001-82 em face dos Executados: **DAVI SARAVIA DE NEGREIROS** e **CAMILA FERREIRA DE NEGREIROS**, e, da Empresa: **MELL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA. – ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 09.187.488/0001-82, para execução da monta R$ 5.909,80 (cinco mil, novecentos e nove reais e oitenta centavos), objeto de Cumprimento de Sentença (Autos nº 0002845-98.2019.8.26.0564). Encontrando-se a Empresa dos Executados em lugar incerto e não sabido, foi deferida sua CITAÇÃO por EDITAL, para que em 15 (quinze) dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente resposta nos autos do processo, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente Edital por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Bernardo do Campo, 20 de fevereiro de 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023001-27.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Homero Maion, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) LUIZA JOANA DE OLIVEIRA, que por este Juízo tramita uma ação de Inventário dos bens deixados pelo falecimento de MANOEL DE LIMA FERNANDES. Encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta (art. 626 do Código de Processo Civil) e para dizer, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital e após concluídas as citações, sobre as primeiras declarações, podendo arguir erros, omissões e sonegação de bens; reclamar contra a nomeação do inventariante e contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro (art. 627, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil). Fica advertido que decorrido o prazo sem manifestação, o processo seguirá em seus ulteriores termos, valendo a citação para todos os atos do processo, caso em que será nomeado curador especial (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021098-54.2018.8.26.0564. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO GORGA CAMPOS, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **S A SILVA MONITORAMENTO EIRELI ME (SAM MONITORAMENTOS), CNPJ 14.621.903/0001-02**, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **CONDOMINIO EDIFICIO CAVALHEIRO TOUFIC EL KHOURI**, objetivando a a nulidade dos títulos a seguir descritos: 1º Tabelião de Protesto São Bernardo do Campo: títulos: n.º 284; Protocolo: 0185-24/01/2012; Emissão: 04/01/2012; Valor: R$140,00; Vencimento: 15/01/2012; n.º 347; Protocolo: 0112-2603/2012; Emissão: 07/03/2012; Valor: R$140,00; Vencimento: 15/03/2012; 2º Tabelião de Protesto de São Bernardo do Campo: títulos: n.º 01/25; Protocolo: 0262-03/02/2012; Emissão: 16/01/2012; Valor: R$1.600,00; Vencimento: 25/01/2012; n.º 105; Protocolo: 0212- 24/04/2016; Emissão: 03/04/2012; Valor: R$140,00; Vencimento: 15/04/2012. e a sustação dos respectivos Protestos em definitivo junto aos Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos, bem como determinar aos órgãos restritivos que eliminem de seus bancos de dados a existência deste protesto, caso haja dita informação. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 20 de fevereiro de 2020.

COMUNICADO À BASE

O SINDICATO DOS GUARDAS CIVIS E MUNICIPAIS, AUXILIARES DE DEFESA CIVIL, VIGIAS E SIMILARES DAS PREFEITURAS E AUTARQUIAS DE OSASCO, CARAPICUÍBA, BARUERI, JANDIRA, ITAPEVÍ E SANTANA DE PARNAÍBA – SINDGUARDAS, vêm por meio deste comunicado, tornar público à todos os membros da categoria – em especial os associados em pleno gozo de seus direitos sindicais –, que à partir do dia 01 de abril do corrente ano (01/04/2020), estarão disponíveis para análise a documentação financeira a que se refere às prestações de contas deste Sindicato, referentes aos exercícios de 2018 (ano de dois mil e dezoito) e 2019 (ano de dois mil e dezenove), bem como também quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Informa ainda que torna disponível para consulta toda documentação necessária para este/esse procedimento, incluindo recibos, notas, comprovantes de pagamentos, balanço patrimonial, declarações ao fisco, livro diário, dentre outros documentos contábeis. Informa também que, devido e em decorrência do avanço da pandemia do Covid-19, com o intuito de minimizar os riscos do avanço e do contágio entre os membros da categoria, a documentação em referência estará à disposição na sede do Sindicato, sito à Rua do Fico n.º 13, Jardim Alvorada, Osasco/SP, de segunda-feira a sexta-feira, das 13hs. ás 17hs., exceto finais de semana e feriados, pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos a partir da publicação deste comunicado em jornal de grande circulação; o presente comunicado visa ampliar a publicidade do ato e evitar que se alegue inviabilidade de exercício de direito, respeitando assim o art. 9.º, inciso IV do estatuto social do SINDGUARDAS, informa ainda que cópias poderão ser requeridas exclusivamente pelo associado, mediante requerimento apropriado/específico. Base Territorial/Osasco, 30/03/2020. Luiz Carlos dos Santos – Presidente SINDGUARDAS.

HastaPúblicaBR

EDITAL DE HASTAS PÚBLICAS PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO

EDITAL DE 1ª E 2ª Hastas do bem abaixo descrito e para **INTIMAÇÃO** dos requeridos, nos autos da **Execução de Título Extrajudicial – Nota Promissória,** movida pelo **BANCO DO BRASIL S.A.,** em face de **ARNALDO JOSÉ CONSTANTINO, ADÉLIA MARGADONA CONSTANTINO**, **Proc. nº 0000098-35.1995.8.26.0236. O Doutor Wellington Urbano Marinho, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ibitinga, do Estado de São Paulo, na forma da Lei etc. FAZ SABER** que, foi designado para 1º leilão, que terá início a contar do **dia 06 de ABRIL de 2020 às 13:00 horas**, encerrando-se no **dia 09 de ABRIL de 2020 às 13:00 horas**, e, para eventual segundo leilão, que seguir-se-á sem interrupção, encerrando **dia 29 de ABRIL de 2020 às 13:00 horas.** Na primeira hasta pública poderá ser arrematado o bem por valor igual ou superior ao da avaliação e em segunda praça por quem mais ou maior lance oferecer, desde que não seja inferior a **60%** do valor da avaliação, observando o CPC (art. 891). A Alienação eletrônica será realizada pelo Leiloeiro Euclides Maraschi Júnior, JUCESP 819, pela ferramenta HastaPublica, através do site ***www.hastapublica.com.br***, do bem penhorado nestes autos, a saber: **PARTE IDEAL EQUIVALENTE A ÁREA DE 4 HECTARES, 65 ARES E 50 CENTIARES da Gleba D-1, com a área de 2 alqueires e 75 centésimos de alqueire, ou seja, 6 hectares e 65 ares e 50 centiares de terras, situada na Fazenda Monte Alegre, deste distrito, município e comarca, contendo pequenas benfeitorias, confrontando com a gleba D-2, de José Constantino, com Celestino Picorelli, com Ernesto Mascaro, e com a Estrada Municipal IBG-040, havido pelo registro nº 5, na matrícula 12.737, do Livro 2 – do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Ibitinga/SP. Conforme Laudo de Avaliação às fls. 525/549, no imóvel há um barracão depósito. AVALIAÇÃO: R$ 352.025,38. ÔNUS**: Na certidão de matrícula, consta: **R.13** – Penhora da presente demanda. O leiloeiro fará jus a uma comissão de 5% (cinco por cento), sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço (art. 13 e 17 do provimento CSM 1.625/09). O pagamento deverá ser realizado em uma única vez, no prazo até 24 horas após o término do leilão, em conta judicial no Banco do Brasil S/A, à disposição deste Juizo. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa proposta que não seja inferior a porcentagem mencionada no caput deste edital. O valor não será devolvido ao arrematante, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou razões alheias à sua vontade, e deduzidas as despesas ocorridas. O leiloeiro tem direito a 2% em caso de Adjudicação sobre a avaliação a ser paga pelo Exequente; 2% sobre o valor de avaliação no caso de remissão a cargo do Executado; 2% sobre o valor da avaliação a cargo das partes em caso de realização de acordo, para **ressarcimento de despesas**. Ficam, ainda, os executados, **INTIMADOS** das designações supra, juntamente com o (a) cônjuge ou companheiro (a), se casados forem, bem como eventuais terceiros, caso não sejam localizados para as intimações pessoais. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca, Estado de São Paulo, neste Ofício aos 03 de fevereiro de 2020. **Wellington Urbano Marinho - Juiz de Direito.** Edital na íntegra disponível em www.hastapublica.com.br .

Acesse: www.gazetasp.com.br

Publique o seu balanço na Gazeta

Melhor custo
1. Com agilidade e profissionais capacitados, a *Gazeta* entrega para os seus clientes um atendimento de qualidade com o melhor custo para as publicações dos seus balanços.

Credibilidade
2. A *Gazeta* é um jornal consolidado com mais de 20 anos no mercado, com tradição em publicações legais, atendendo prefeituras, leiloeiros, órgãos públicos e empresas privadas.

Circulação Auditada
3. *41 mil exemplares/dia* auditados e com circulação em mais de *350 cidades do Estado de São Paulo.* Invista em jornais com circulação comprovada.

Orçamentos:
11. 3729-6600
publicidade@gazetasp.com.br
www.gazetasp.com.br
» FALE COM A GENTE

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 00348254873
Data/Hora da Assinatura: 30/03/2020 | 17:03:29 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br